
Novas orientações no estudo dos processos de nacionalização em Portugal e Espanha

New approaches to the Portuguese and Spanish nationalization processes

Nouvelles approches sur les processus de nationalisation au Portugal et en Espagne

João Branco

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4391>

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2018

Paginação: 243-255

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

João Branco, « Novas orientações no estudo dos processos de nacionalização em Portugal e Espanha », *Ler História* [Online], 73 | 2018, posto online no dia 27 dezembro 2018, consultado no dia 02 janeiro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4391>



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

NOVAS ORIENTAÇÕES NO ESTUDO DOS PROCESSOS DE NACIONALIZAÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA

243

João Branco

PIUDHist (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), Universidade de Lisboa, Portugal

jpbranco@gmail.com

A construção dos estados-nação ibéricos, durante o século XIX e inícios do século XX, assume diversos matizes e deve ser encarada a partir de múltiplas perspetivas – inclusive, de um ponto de vista comparativo e transnacional. Partindo deste contexto geral, faz-se neste ensaio uma recensão crítica conjunta e cruzada de duas obras recentes sobre o tema, e uma avaliação da sua novidade e impacto historiográfico.

Palavras-chave: estado-nação, nacionalização, identidade nacional, história comparada, nacionalismo, Península Ibérica.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

Tradicionalmente, o processo de construção dos estados-nação levado a cabo pelos estados liberais – que em Portugal se observa de forma mais evidente a partir de 1834 – é encarado como um modelo evolutivo: progressivamente, tenta-se uniformizar um país, amenizando diferenças regionais e locais através de vários mecanismos, construindo uma identidade nacional forte assente numa série de princípios comuns.¹ Aspetos como a estabilização de fronteiras externas, a adoção de uma língua comum ou a transversalidade de narrativas e memórias históricas e culturais são itens basilares, na perspetiva clássica do que define uma nação no contexto do século XIX. Dentro dessa mesma perspetiva, a transmissão destes tópicos apoia-se, por sua vez, numa série de medidas levadas a cabo pelo poder político, à cabeça das quais está a adoção de práticas centralizadoras que facilitam a transmissão e a uniformização daqueles – aquilo que alguns historiadores definem como processo de nacionalização *top-down*. Estas medidas centralizadoras não se cingem, no entanto, apenas ao campo político-administrativo; antes, partindo deste, são várias as dinâmicas que se processam provenientes do

¹ Como os referidos por Ernest Gellner (1983), Benedict Anderson (1983), Eric Hobsbawm (1991) e Anthony Smith (1998). Ver também, mais recentemente, a síntese de Umut Özkirimli (2017).

centro, por exemplo a nível económico (como a constituição de mercados nacionais) ou cultural (assente em grande medida no papel uniformizador da educação ou da argumentação histórica).²

Em todo o caso, esta visão mais “macro” dos processos de *nacionalização* – conceito alternativo ao de *nacionalismo*, e agora emergente na historiografia da especialidade, como se explicará adiante – tem vindo a ser encarada de forma menos rígida, valorizando-se progressivamente o papel da dimensão regional e local, e entendendo-se o fenómeno da formação e consolidação dos estados-nação como algo de mais complexo e multiperspetivado. Abordagens como as de Eugen Weber (1978) ou Anne-Marie Thiesse (1999), no último quartel do século XX, apontam no sentido de uma visão já não tão geral, mas mais focada em realidades nacionais específicas. Aqui, ainda num contexto em que a nação “se forma a si mesma”, o local e o regional já surgem como intervenientes, quanto mais não seja enquanto casos de estudo – como foi a nacionalização de uma determinada região, como é que a nação penetrou num dado local, levando com ela a literacia e a industrialização, etc.

Mais recentemente, uma certa viragem historiográfica tem vindo a encarar o papel da dimensão regional e local de forma mais complexa: o local seria, no contexto dos processos de nacionalização dos povos, uma espécie de exemplo a transportar para a dimensão nacional, em termos de afetividade.³ Neste sentido, a dimensão local assume uma dupla importância. Primeiro, enquanto espaço “real” ou mais palpável de participação política, em que os atores cívicos sentem de forma mais perceptível o efeito das decisões tomadas e em que a afetividade política é mais forte, porquanto se relaciona com um plano mais familiar (Thiesse 2013, 18). E depois, justamente devido a essa característica de proximidade, enquanto espaço de intervenção do poder central, com o objetivo de conquista dessa afetividade para uma dimensão mais nacional, mas também de difusão dos valores políticos que facilitem a subordinação ao centro.

Noutro sentido, complementar, a adoção de uma perspetiva transnacional e comparada trouxe novas perspetivas a estas temáticas, centrando-se na circulação e nos fluxos constantes que ocorrem em diversos contextos – como o geográfico, o social e o cultural. O interesse por um foco transnacional a este nível, aliás, conflui na tendência que referimos de progressivamente

² Relativamente ao papel da História, veja-se Berger (2007), e Berger e Lorenz (2008 e 2015).

³ Ver, a título de exemplo, para o caso espanhol, Boyd (2000), Núñez Seixas (2006), Thiesse (2006), de la Calle e Esteban (2010), e Gabriel, Pomés i Vives e Fernández Gómez (2013). Para o caso português, ver Catroga (2008, 2010 e 2013), Matos (2013), e Matos e Chorão (2018).

desviar o foco central dos processos de nacionalização do estado (ver, por exemplo, Wimmer 2018). Efetivamente, a construção das nações ibéricas oitocentistas choca, em múltiplas ocasiões, com diversas noções identitárias e múltiplas influências. E, se é verdade que em Portugal, devido a uma série de especificidades,⁴ o processo de construção da identidade nacional não foi tão complexo como noutros países, é um facto que, até ao início do século XX, subsistem largamente sentimentos de “duplo patriotismo”,⁵ em que convivem simultaneamente a pátria local (ou regional), mais afetiva, e a pátria nacional, mais distante.

Tendo em conta estes tópicos, levaremos a cabo algumas breves reflexões acerca dos processos de nacionalização em Portugal e Espanha, a partir de uma recensão crítica conjunta e cruzada de duas obras recentes de grande fôlego: *Los caminos de la nación: factores de nacionalización en la España Contemporánea* (doravante citada como *Los caminos* 2016), mais centrada no caso espanhol, e *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica* (daqui em diante citada como *Procesos* 2017), esta com uma abordagem ibérica, mais transversal e comparativa.⁶

1. Processos de nacionalização – algumas notas conceptuais

Los caminos de la nación (190 páginas impressas mais 395 páginas em formato digital) parte de um congresso organizado em conjunto pelas universidades do País Basco, de Salamanca, de Santiago de Compostela e Autónoma de Barcelona, sob o tema central da nacionalização em Espanha, nos séculos XIX e XX – embora com apontamentos comparativos pontuais, nomeadamente com perspetivas teóricas mais gerais. Após um sólido capítulo inicial, que sintetiza o estado da arte do tópico da construção do estado-nação e das nacionalidades, o livro estrutura-se em cinco grandes blocos ou áreas temáticas: iconografias e representações da nação; religião; processos migratórios; violência política; e o mundo rural. Estes blocos

⁴ Como a língua, a extensão relativamente reduzida do território, a estabilidade de fronteiras ou, a um nível mais político, a inexistência de verdadeiros contrapoderes intermédios desde meados da Idade Média. Ver, entre outros, Hobsbawm (1991, 93), que caracterizava Portugal como um caso singular de homogeneidade.

⁵ Relativamente a este conceito, ver, por exemplo, para o caso francês, Weber (1978) e Thiesse (1999 e 2006).

⁶ Dado que serão cruzadas referências de ambas as obras, e para evitar um excesso de remissões, estas serão feitas citando parenteticamente a respetiva obra ou, em nota de rodapé, os capítulos abordados. No caso de *Los caminos de la nación*, que inclui também um CD com estudos de caso monográficos, referimo-nos sempre à parte impressa.

compõem-se, por sua vez, por oito artigos introdutórios (na parte impressa) e 19 monografias compreendendo estudos de caso (incluídas em CD). Não sendo uma opção totalmente coerente (alguns capítulos integram os tópicos centrais no panorama internacional, enquanto outros se concentram mais nos debates historiográficos ou no caso específico de Espanha), a verdade é que todos os trabalhos apresentam sínteses exaustivas do estado das questões centrais a cada um.

Em qualquer caso, em todos eles é a ideia de “nacionalização” que norteia as abordagens aos cinco grandes temas. Os coordenadores da obra, Félix Luengo Teixidor e Fernando Molina Aparicio, logo na introdução e, mais à frente, Justo Beramendi e Antonio Rivera, explicam a opção pela utilização deste conceito operativo ao invés das noções de “criação da identidade nacional”, “*nation building*” ou “nacionalismo”. Segundo os autores, a ideia de construção da nação parte de um “paradigma de modernização algo repisado” (*Los caminos* 2016, XIII), enquanto a noção mais vasta de nacionalismo, ao mesmo tempo que favorece implicitamente uma abordagem política e ideológica, exclui outras dimensões importantes, do “âmbito cultural e simbólico”. Já o conceito de “nacionalização” é mais flexível, porque permite também abordar outros tópicos como “desnacionalização” e “renacionalização”, por exemplo, abrangendo mais categorias e permitindo uma interpretação menos teleológica do passado.⁷

Por seu turno, em *Procesos de nacionalización e identidades en la Península Ibérica* (446 páginas), obra coordenada pelo historiador estremenho César Rina Simón, assume-se uma perspectiva mais ampla, de história comparada. E isto é importante, logo *a priori*, dada a escassez, em geral, de estudos comparativos no campo dos processos de construção nacional. Com exceção de algumas obras recentes de âmbito ibérico – das quais Rina Simón faz uma excelente síntese na introdução –, os trabalhos comparativos têm-se centrado mais em perspectivas políticas e sociológicas, na análise de nacionalismos “subnacionais” ou regionais – em especial no caso espanhol – e em alguma contribuição mais ensaística. Dividindo-se em quatro grandes blocos – nacionalização da Península; conflitos e convergências das identidades ibéricas; perspectivas antropológicas sobre o espaço e a fronteira; e literatura, narrativa e linguagens audiovisuais –, o livro coordenado por Rina Simón evidencia, à escala ibérica, a forma como os processos de construção nacional estão repletos de fenómenos de circulação, troca e transferência, acima e abaixo na escala do estado-nação. Aborda temáticas múltiplas,

⁷ Ver também Francisco Javier Caspistegui, “Los metarrelatos nacionales y el retorno del nacionalismo historiográfico” (*Procesos* 2017, pp. 19-46).

desde os processos de constituição das nacionalidades portuguesa e espanhola durante o século XIX, os diálogos e antagonismos que se ramificam em torno da questão dos iberismos, pontos de vista antropológicos identitários partindo do conceito de fronteira, e a forma como várias destas questões se materializam ao nível da narrativa escrita. No fundo, providencia uma visão ampla e multiperspetivada de um período e de tópicos complexos, em contornos “polifónicos”, citando o próprio Rina Simón (p. 15).

Mas há, em todo o caso, uma noção importante que atravessa a quase totalidade dos trabalhos que compõem esta obra: a ideia de que a perspetiva comparada, ou transnacional, não consiste em negar a perspetiva nacional – o que seria, de alguma forma, imprudente, dada a importância da ideia de nação para a era contemporânea. O ponto que unifica os estudos que formam o livro *Procesos de nacionalización* é, justamente, essa dimensão biunívoca da nação enquanto estrutura natural de análise, mas ao mesmo tempo integrada num contexto mais amplo e dinâmico – neste caso, Portugal e Espanha, cada um vivendo processos de nacionalização distintos, mas mutuamente influenciáveis e comparáveis em diferentes tópicos e dimensões.

De resto, aplicar à investigação historiográfica uma perspetiva transnacional – tal como a referem Mikel Aizpuru e Juan Andrés Blanco em *Los caminos de la nación*,⁸ e tal como a que perpassa toda a obra coordenada por César Rina Simón – implica, em primeiro lugar, escolhas. Logo à partida, de objetos de estudo intrinsecamente comparáveis, como as interinfluências entre movimentos políticos, a partilha de dinâmicas culturais ou a circulação de estereótipos nacionais. A este nível, o século XIX ibérico, enquanto período de crise e recomposição de estruturas políticas diversas, de conflitos e de circulação de pessoas e ideias, permite de múltiplas formas a aplicação dessa “lente” transnacional. O que não obriga a eliminar a perspetiva de construção da nação enquanto fenómeno isolado, mas pode, antes, ajudar a tratar os diferentes processos de nacionalização enquanto fenómenos mais alargados, desenvolvidos em contacto, e em diferentes escalas e lugares. Aliás, tal como destaca Mikel Aizpuru (*Los caminos* 2016, 92), uma das virtudes da perspetiva transnacional será justamente a referida “desnacionalização” historiográfica, que permite uma abordagem mais ampla e multiperspetivada.

⁸ Ver, respetivamente, a introdução de “La movilidad espacial y la extranjería en el proceso de nacionalización de la España Contemporánea” (p. 77), e “Identidad y nacionalización en la emigración española a América” (pp. 149-66).

2. A nação: comunidade em construção

248

Há uma dúzia de anos, Tamar Herzog referia a necessidade de alterar o paradigma da “procura da identidade” na produção historiográfica relativa aos processos de nacionalização, para um outro, de “identificação”. No fundo, analisar os processos que conduzem a que alguém se identifique como membro de uma determinada comunidade (Herzog 2006, 6). Uma chave para esta tentativa de renovação conceptual poderá estar, justamente, na multiperspetiva a que nos referimos atrás, centrada em categorias de análise que possam ser abordadas não apenas de um ponto de vista nacional, mas também transversal – e, como tal, permeáveis a influências externas que as modelam.

Veja-se, por exemplo, a ideia de comunidade nacional tal como é expressa por Miguel Cabo e Javier Ugarte nos capítulos que *Los caminos de la nación* dedica aos processos de nacionalização no mundo rural,⁹ em articulação com um sentimento de pertença que, por um lado, define um sujeito enquanto membro de uma nação ao mesmo tempo que leva a que este reconheça os seus pares como pertencentes à mesma categoria. Mais do que *identidade* teríamos assim uma noção de *identificação*: os indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade convertem-se em atores ou sujeitos de uma narrativa de ordenação da realidade que se estrutura em torno da ideia de nação (Özkirimli 2000, 208-09). As comunidades nacionais daqui resultantes diferem assim de qualquer outra comunidade de pertença pela forma como combinam noções de grupo (os membros da nação), temporalidade (passado e horizontes de expectativa, usando aqui o referente conceptual de Reinhart Koselleck) e espacialidade (o território).

Normalmente, esta perspetiva inclui as ideias de unidade e autonomia como valores inseparáveis da própria existência da nação (Moreno Almen-dral 2017). A nível da Península Ibérica, este é um problema, à partida, mais premente no caso espanhol do que propriamente no caso português. A nacionalização espanhola é marcadamente centrífuga – intensificando-se, como referem Justo Beramandi e Antonio Rivera, a partir de meados do século XX (*Los caminos* 2016, 14-16). Mas a verdade é que, se em Portugal a questão da unidade territorial pode parecer menos significativa, a verdade é que, como chamam a atenção Sérgio Campos Matos, Ignacio Chato González e o próprio César Rina Simón no bloco II de *Procesos de nacionalización*, o problema coloca-se de um outro ponto de vista, nomeadamente no que diz

⁹ Ver, respetivamente, “Mundo rural, nacionalismo y nacionalización” (149-65) e “Campesinado y nacionalismo” (167-88).

respeito ao receio da absorção pelo vizinho ibérico, o que motiva amplos debates de ambos os lados da fronteira.¹⁰

Uma outra perspectiva integrável nos tópicos que acima esboçámos, e que tem vindo também a ser analisada de um ponto de vista comparativo e transnacional, é a que defende uma abordagem dos processos de nacionalização de baixo para cima (*bottom-up*). A primeira aceção dessa perspectiva estará em algo a que Miguel Cabo chama o “patriotismo popular” (*Los caminos* 2016, 164-65), por um lado em articulação com a perceção de como as classes populares se sentem (ou não) parte da nação e se envolvem na mesma. Mas também com outra noção, a da existência de um duplo patriotismo associado frequentemente à ideia de pátria local – as pequenas pátrias, ou a *patria chica*, a que se refere Javier Ugarte (*Los caminos* 2016, 184).

Não é fácil, como bem ressalva Miguel Cabo (*Los caminos* 2016, 186), perceber o grau de ligação destas populações, pouco alfabetizadas e em muitos casos alheadas de uma realidade política operacionalizada pelo centro. A inferência deste “sentimento nacional” será, na maioria dos casos, feita de forma indireta (e, por isso, arriscada), pela forma como surge em textos oficiais (documentação policial, declarações judiciais, pedidos pessoais e documentação administrativa de instituições mais próximas da maioria da população, como os municípios ou as paróquias), autobiográficos (diários, livros de viagem, correspondência), ou memorialistas, pelo uso de métodos tradicionais de análise dos processos de nacionalização, embora em escalas muito mais pequenas, ou pela tentativa de perceção da identificação com a nação em experiências do quotidiano – aquilo a que Luengo Teixidor e Molina Aparicio chamam “nacionalismo banal” (*Los caminos* 2016, XI), recuperando um conceito de Michael Billig (1995).

Em todo o caso, perceber o nível de compromisso destas comunidades com o estado em formação é desafiante, em especial se tivermos em conta a noção de que o processo de “entrada” da nação nas dimensões locais é feito, em larga medida, através de uma dinâmica de negociação, como o referem diferentes artigos em ambas as obras a que nos referimos.¹¹ De facto, o estado introduz-se no domínio do local através de variadas vertentes – política,

¹⁰ Ver, respetivamente, os capítulos “Iberismos, pan-hispanismo, fronteiras: uma reflexão conceptual” (139-52), “Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidad nacional en la península ibérica (1850-1910)” (191-216), e “Límites y contextos de los iberismos en el siglo XIX” (217-34).

¹¹ Ver, em *Procesos* 2017, Paula Godinho, “Das unidades de análise no estudo das fronteiras: escalas de um caso ibérico” (309-24); Maria Lois Barrio, “La frontera como ficción: una aproximación a las geografías literarias de Silvio Santiago” (325-46); e Santiago Pérez Isai, “Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas” (347-62). Em *Los caminos* 2016, os capítulos já citados de Justo Beramandi e Antonio Rivera, e de Miguel Cabo e Javier Ugarte.

burocrática, cultural e também de sociabilidade – tentando influenciar em primeira instância as elites e, lentamente, alastrar essa influência ao resto da população. Esta dinâmica entre centro, região e local é transversal, aliás, a vários outros exemplos de nacionalização. Raffaele Romanelli (2008, 91) refere fenómenos similares para o caso italiano, ligados ao crescimento exponencial das delegações regionais e locais dos principais partidos políticos, que por sua vez ajudam a criar redes internas entre regiões, difundindo a matriz burocrática do estado liberal e, ao mesmo tempo, recolhendo influências das elites locais.

Um outro fator interrelacionado com a perspetiva de nacionalização “de baixo para cima” tem que ver com a forma como várias partes distintas se encaixam para formar um todo, que nunca será verdadeiramente monolítico – no caso espanhol isto é mais evidente (Feros 2017), mas o mesmo sucede, com a devida escala, no caso português. Isto ramifica-se, por sua vez, no sentido de uma leitura por vezes demasiado centrada na dimensão política (centralização *vs.* descentralização, ou centralismo *vs.* federalismo),¹² que tende a ignorar aquilo que, em muitos casos, é o resultado político de processos sociais e culturais complexos, frequentemente prévios à nacionalização (Moreno Almendral 2017, 17).

É um facto, todavia, que tanto em Espanha como em Portugal, os processos de nacionalização passam muito, em primeira instância, por um esforço de uniformização administrativa – esforço esse sustentado, em larga medida, em políticas centralizadoras que pretendem subordinar particularismos e autonomias locais a um todo nacional. Para tal, os estados irão dotar-se de um conjunto de mecanismos destinados a garantir a sobreposição das lealdades ao centro, relativamente a outras mais localizadas, mecanismos esses a que as populações vão resistindo, com maior ou menor intensidade ao longo dos anos.¹³ Sendo que, a este nível, as populações mais afastadas do centro ou as que partilham noções identitárias locais mais fortes são das que mais oposição oferecem à estrutura capilar do aparelho burocrático em desenvolvimento (Almeida, Branco e Sousa 2016). Em todo o caso, a forma a partir da qual os indivíduos construíram, ao longo do tempo, essas noções identitárias em relação a diferentes dimensões territoriais, e o modo como evoluíram as partes que formaram depois o todo nacional, são questões, por sua vez, complexas – e que frequentemente, como é visível em ambas as obras, são ainda

¹² Ver, por exemplo, Blanco Valdés (2012) para o caso espanhol, e Martins (1998) para o português.

¹³ Este fenómeno é, inclusive, transnacional. Veja-se o exemplo do enquadramento cívico das comunidades europeias e indígenas da América espanhola (Herzog 2018b, 23).

abordadas isoladamente e estudadas apenas da perspectiva da província, da região, de casos gerais de construção nacional ou construção estatal, confundindo frequentemente a nação com o estado.¹⁴

3. A nação construída em relação com o “outro”

Em correlação com estas ideias, é ainda possível tocar num outro tópico, comum às diferentes perspectivas de nacionalização abordadas em ambas as obras: o papel do “outro” e as dinâmicas que o interrelacionam com a construção da identidade nacional. Os artigos de Mikel Aizpuru e de Maria de Fátima Amarante¹⁵ referem, nesse sentido, a forma como a produção historiográfica mais recente tem sido sensível à importância da ideia da alteridade nos processos de nacionalização – não só, mas especialmente, de Portugal em relação à ideia de Castela e depois da Espanha (Núñez Seixas e Sevillano Calero 2010; Herzog 2006 e 2018a). De um ponto de vista estrutural e simbólico, como releva Ferrán Archilés em *Procesos de nacionalización*,¹⁶ e Justo Beramendi e Antonio Rivera em *Los caminos de la nación*, as fronteiras entre os estados ibéricos marcam os limites de uma determinada ideia de unidade política e administrativa e, por isso, a partir de um determinado momento, são indissociáveis das ideias de nacionalização e de construção do estado-nação. Ao mesmo tempo, materializam também uma dinâmica entre estados que, no contexto do século XIX, prossegue caminhos específicos de nacionalização, frequentemente apoiados numa oposição face ao “vizinho”. Mas também, em vários casos, proponentes de soluções alternativas, na senda de exemplos de sucesso de pequenas e médias unidades políticas agregadas para formar um estado maior e mais forte, dos quais a Alemanha será porventura o melhor exemplo.

Concretamente, no caso ibérico e no âmbito dos processos de nacionalização, especialmente a partir da segunda metade de XIX, estas considerações são de certa forma plasmáveis nos debates acerca de “levantar ou derrubar as fronteiras”, nomeadamente nos contextos dos iberismos (e, desde

¹⁴ Exemplos de trabalhos mais historiográficos, fundamentalmente centrados no caso espanhol, são os de Forcadell, Romeo e Archilés (2006), Barrio e Garrido (2011), Lorente (2010), Beramendi e Ramón Veiga (2014).

¹⁵ Respetivamente, Mikel Aizpuru, “La movilidad espacial y la extranjería en el proceso de nacionalización de la España Contemporánea” (*Los caminos* 2016, 77-94), e Maria de Fátima Amarante, “Fronteiras, cultura e práticas do quotidiano: perspectivas a partir da antropologia” (*Procesos* 2017, 293-308).

¹⁶ Ferran Archilés, “¿Una nación invertebrada o diversa? La nacionalización española en el largo siglo XIX” (*Procesos* 2017, 75-94).

meados de XX, dos hispanismos),¹⁷ proponentes de soluções que permitiriam teoricamente reverter aquilo que era visto, por intelectuais de ambos os lados, como uma “decadência” dos estados peninsulares. Aqui parece haver, aparentemente, uma espécie de paradoxo, entre dois estados-nação que se constituem, necessitando de consolidar espaços políticos próprios e identidades nacionais em formação (no caso espanhol, inclusive no que diz respeito a espaços regionais tendencialmente centrífugos), e as perspectivas iberistas nas suas múltiplas aceções, propondo diferentes patamares de integração. Quer fosse a um nível político, mais alargado (com propostas federalistas ou, mais raramente, unitárias), económico (com projetos de união aduaneira similares ao *zollverein* germânico) ou cultural, eventualmente o campo em que mais aproximações se terão verificado, em contraposição às duas outras dimensões.

Mas a verdade é que, como sugerem o próprio Rina Simón e Paulo Rodrigues Ferreira,¹⁸ estes debates terão, inversamente, contribuído para o reforço dos processos de nacionalização. No caso de Portugal, a ideia do “perigo castelhano” que, com diferentes matizes, atravessou variados períodos da sua história, era um receio frequentemente avançado face a projetos que visassem, de alguma forma, tornar as fronteiras mais difusas, como se viu, por exemplo, logo no início da segunda metade de XIX, na polémica que opôs Alexandre Herculano e António Lopes de Mendonça a propósito da construção do caminho-de-ferro que ligaria Portugal a Espanha.¹⁹ Argumentação que, aliás, foi transversal a diversos campos políticos – veja-se, por exemplo, o próprio republicanismo, em larga medida federalista e, em teoria, favorável a soluções de índole transnacional, mas que se centra, maioritariamente a partir do último quartel do século XIX, num discurso comemorativista²⁰ e apoiado na valorização da memória histórica como forma de reforçar e regenerar o “espírito nacional”.²¹ No caso espanhol, passar-se-á algo de semelhante, em especial após o fracasso da experiência republicana

17 Para uma síntese dos debates envolvendo estas duas correntes, ver Matos (2012 e 2017) e Rina Simon (2016). Para a questão dos iberismos em articulação com o conceito de fronteira, ver Rina Simon (2017a).

18 César Rina Simón, “Límites y contextos de los iberismos en el siglo XIX” (*Procesos* 2017, 217-34), e Paulo Rodrigues Ferreira, “Uma bandeira anti-iberista: o perigo espanhol” (*Procesos* 2017, 255-72).

19 Herculano era um crítico do projeto, argumentando que o esbatimento das diferenças estruturais e históricas entre os dois países seria acelerado pela via-férrea, ajudando à absorção de Portugal pela força centrípeta espanhola. A este respeito ver, por exemplo, Ribeiro (1990) e Mónica (1996).

20 Dois exemplos são a “Associação 1º de Dezembro”, transversal a diversos campos políticos e criada justamente como resposta às publicações e propostas iberistas, e as comemorações em torno da figura de Camões, já no último quartel do século XIX, em grande medida dinamizadas por figuras republicanas.

21 Ver Maria Isabel João, “Comemorações e identidade nacional: o caso português” (*Procesos* 2017, 95-112).

dos anos 1870, com um reforço da monarquia assente também na crítica a posições federalistas e iberistas (*Procesos* 2017, 232).

4. Conclusão

Vários outros tópicos poderiam balizar esta breve abordagem de duas obras densas, que lançam importantes pistas de investigação historiográfica em múltiplas perspetivas. De resto, mesmo partindo de premissas de análise historiográfica diferentes, as reflexões de fundo que ambas as obras levam a cabo sobre os processos de nacionalização confrontam, em vários momentos, “faces ibéricas da mesma moeda”. Adicionalmente, enquanto trabalhos coletivos, tanto *Los caminos de la nación* como *Procesos de nacionalización* convergem, também, na coesão temática e metodológica alcançada: os diferentes capítulos que os compõem podem ser lidos quase como um contínuo, sem grandes variações analíticas, mantendo-se sempre um fio comum, que parte de questões teóricas e metodológicas, em diálogo com um número alargado de estudos recentes, para chegar aos fatores de nacionalização que se pretendem estudar ou comparar.

Isto é demonstrativo da qualidade da investigação que sustenta as duas obras, e do trabalho dos respetivos coordenadores e autores. Por um lado, pela forma como prolongam e aprofundam estudos importantes sobre os quais a maioria se tem vindo a debruçar já há algum tempo, mas, fundamentalmente, pela forma como os processos de nacionalização neles são trabalhados, consolidando tópicos cuja abordagem historiográfica está em reformulação desde a primeira década do século, e contribuindo para um debate ibérico e europeu que continua permanentemente em construção.

■ Referências

- Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui; Sousa, Paulo Silveira (2016). “El Estado en el Portugal decimonónico: el liberalismo entre el sueño y la razón”. *Historia y Política*, 36, pp. 129-160.
- Anderson, Benedict (2016 [1983]). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London; New York: Verso.
- Barrio Alonso, Ángeles; Garrido Martín, Aurora (eds) (2011). *Provincia, región y nación en la España contemporánea*. Santander: Ediciones de la Universidad de Cantabria.
- Beramendi, Justo G.; Veiga Alonso, Xosé Ramón (2014). *Poder y territorio en la España del siglo XIX: de las Cortes de Cádiz a la Restauración*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Berger, Stefan (2007). *Writing the Nation: National Historiographies and the Making of Nation States in 19th and 20th Century Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Berger, Stefan; Lorenz, Chris (eds) (2008). *The Contested Nation: Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Berger, Stefan; Lorenz, Chris (eds) (2015). *Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Billig, Michael (1995). *Banal nationalism*. London: Sage.
- Blanco Valdés, Roberto Luis (2012). *Los rostros del federalismo*. Madrid: Alianza.
- Boyd, Carolyn (2000). *Historia patria: política, historia e identidad nacional en España, 1875-1975*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor.
- Calle, Dolores de la; Vega, Esteban (2010). *Procesos de nacionalización en la España contemporánea*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Catroga, Fernando (2008). "Pátria, Nação e nacionalismo", in L. R. Torgal, F. T. Pimenta, J. S. Sousa (eds), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Catroga, Fernando (2010). "Centralização e descentralização em Portugal, mas em fundo ibérico (XIX-XX)", in V. Martínez-Gil (ed), *Uns apartats germans: Portugal i Catalunya / Irmãos afastados: Portugal e Catalunya*. Palma de Mallorca: Lleonard Muntaner.
- Catroga, Fernando (2013). *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina.
- Feros, Antonio (2017). *Speaking of Spain. The evolution of race and nation in the Hispanic world*. Cambridge: Harvard University Press.
- Forcadell, Carlos; Romeo Mateo, María Cruz; Archilés, Ferran (2006). *Provincia y nación: los territorios del liberalismo*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico".
- Gabriel, Pere; Pomés i Vives, Jordi; Fernández Gómez, Francisco (2013). "*España Res publica*": *nacionalización española e identidades en conflicto (siglos XIX y XX)*. Granada: Comares.
- Gellner, Ernest (2013 [1983]). *Nations and Nationalism*. 2.^a ed. Malden: Blackwell Publishing.
- Herzog, Tamar (2006). *Vecinos y extranjeros: Hacerse español en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza.
- Herzog, Tamar (2018a). *Fronteiras da posse, Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Herzog, Tamar (2018b). "Indigenous *reducciones* and Spanish resettlement: placing colonial and European history in dialogue". *Ler História*, 72, pp. 9-30.
- Hobsbawm, Eric (2015 [1991]). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Lorente Sariñena, Marta (2010). *La Nación y las Españas: representación y territorio en el constitucionalismo gaditano*. Madrid: UAM Ediciones.
- Luengo Teixidor, Félix; Molina Aparicio, Fernando (eds) (2016). *Los caminos de la nación: factores de nacionalización en la España contemporánea*. Granada: Comares.
- Martins, Hermínio (1998). "O federalismo no pensamento político português". *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, 18, pp. 13-49.
- Matos, Sérgio Campos (2012). "Iberismo e hispanismo: Portugal e Espanha (1890-1931)", in *Filosofia y literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la crisis finisecular*. Madrid: Fundación I. Larramendi.
- Matos, Sérgio Campos (2013). "Patria, nación, nacionalización: el caso portugués en el siglo XIX", in F. Archilés, M. García Carrión, I. Saz (eds), *Nación y nacionalización: una perspectiva europea comparada*. Valencia: Universitat de València.
- Matos, Sérgio Campos (2017). *Iberismos: nação e transnação, Portugal e Espanha (c. 1807-c. 1931)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Matos, Sérgio Campos; Chorão, Luís Bigotte (eds) (2018). *A Península Ibérica. Nações e transnacionalidade entre dois séculos (XIX e XX)*. Braga: Húmus.
- Mónica, Maria Filomena (1996). *A Europa e nós, uma polémica de 1853*. Lisboa: Quetzal.
- Moreno Almendral, Raúl (2017). "La nación de los sujetos: propuestas para una investigación de los fenómenos nacionales a comienzos de la época contemporánea". *Rubrica contemporanea*, 11, pp. 5-23.
- Núñez Seixas, Xosé M. (2006). "La construcción de la identidad regional en Europa y España: siglos XIX y XX". *Ayer*, 64, pp. 11-17.
- Núñez Seixas, Xosé M.; Sevillano Calero, Francisco (2010). *Los enemigos de España: imagen del otro, conflictos bélicos y disputas nacionales (siglos XVI-XX)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

- Özkirimli, Umut (2017). *Theories of Nationalism: A Critical Introduction*. London: Macmillan.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1991). *Centralização – descentralização: uma polémica nos meados do séc. XIX*. *Revista de Ciências Históricas*, V, pp. 343-352.
- Rina Simón, César (2016). *Iberismos. Expectativas peninsulares en el siglo XIX*. Madrid: Funcas.
- Rina Simón, César (2017a). “De la frontera cuestionada a la frontera construida: iberismos y estado-nación en el siglo XIX”. *Revista de História das Ideias*, 35, pp. 201-226.
- Rina Simón, César (coord) (2017b). *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Romanelli, Raffaele (2008). *Duplo movimento: ensaios de História*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Smith, A. D. (1998). *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. London: New York: Routledge.
- Thiesse, Anne-Marie (1999). *La création des identités nationales: Europe XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil.
- Thiesse, Anne-Marie (2006). “Centralismo estatal y nacionalismo regionalizado. Las paradojas del caso francés”. *Ayer*, 64, pp. 33-64.
- Thiesse, Anne-Marie (2013). “Jacobinismo y ‘Petites Patries’”, in F. Archilés, M. García Carrión, I. Saz (eds), *Nación y nacionalización: una perspectiva europea comparada*. Valencia: Universitat de València.
- Weber, Eugen (1978). *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France (1870-1914)*. Stanford: Stanford University Press.
- Wimmer, Andreas (2018). *Nation Building: Why Some Countries Come Together While Others Fall Apart*. Princeton: Princeton University Press.

NEW APPROACHES TO THE PORTUGUESE AND SPANISH NATIONALIZATION PROCESSES

The construction of the Iberian nation-states, during the nineteenth and early twentieth centuries, takes on many nuances and must be viewed from multiple perspectives – including from the viewpoint of comparative and transnational history. Within these premises, this essay cross reviews two recent works on the subject, regarding their novelty and historiographical impact.

Keywords: nation-state, nationalisation, national identity, comparative history, nationalism, Iberian Peninsula.

NOUVELLES APPROCHES SUR LES PROCESSUS DE NATIONALISATION AU PORTUGAL ET EN ESPAGNE

La construction des états-nations ibériques, au XIXe siècle et au début du XXe siècle, prend de nombreuses nuances et doit être envisagée sous plusieurs perspectives – y compris d’un point de vue comparatif et transnational. Partant de ce contexte général, cet essai constitue une critique croisée de deux travaux récents sur le sujet, ainsi qu’une évaluation de leur nouveauté et de leur impact historiographique.

Mots-clés: état-nation, nationalisation, identité nationale, histoire comparée, nationalisme, Péninsule Ibérique.